

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Simulados Inéditos de Direito Constitucional - Questões de Múltipla Escolha

Professor: Equipe Ricardo e Nádia 01, Nádia Carolina, Ricardo Vale

AULA 00 – DIREITO CONSTITUCIONAL**Sumário**

Questões Comentadas	3
Lista de Questões	17
Gabarito	24

Olá, pessoal! Tudo bem?

Nesta aula demonstrativa, apresentaremos o formato de um novo curso do site: o de **Simulados Inéditos Comentados**. Antes de qualquer coisa, pedimos licença para nos apresentar:

- **Nádia Carolina**: Sou professora de Direito Constitucional do Estratégia Concursos desde 2011. Trabalhei como **Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil** de 2010 a 2015, tendo sido aprovada no concurso de 2009. Tenho uma larga experiência em concursos públicos, já tendo sido aprovada para os seguintes cargos: CGU 2008 (6º lugar), TRE/GO 2008 (22º lugar) ATA-MF 2009 (2º lugar), Analista-Tributário RFB (16º lugar) e Auditor-Fiscal RFB (14º lugar).

- **Ricardo Vale**: Sou professor e coordenador pedagógico do Estratégia Concursos. Entre 2008-2014, trabalhei como **Analista de Comércio Exterior** (ACE/MDIC), concurso no qual fui aprovado em 3º lugar. Ministro aulas presenciais e online nas disciplinas de Direito Constitucional, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira. Além das aulas, tenho duas grandes paixões na minha vida: a Prof^a Nádia e a minha pequena Sofia!! 😊

Neste curso, de "**Simulados Inéditos Comentados**", temos como objetivo:

a) Permitir com que você **simule o ambiente de prova**, resolvendo questões inéditas elaboradas e comentadas por professores.

b) Consolidar e aprofundar o conhecimento teórico, através da resolução de questões inéditas comentadas.

Sem dúvida, a resolução de questões comentadas é um dos fatores mais importantes para o seu sucesso em concursos públicos. Quanto mais você praticar, maiores serão as suas chances de se dar bem no dia da prova.

Mas não basta apenas resolver questões...

Você precisa saber, em cada questão, o **porquê de seus erros e de seus acertos**. Só assim irá consolidar de verdade o seu conhecimento. É por isso que nossa recomendação é que você apenas resolva questões comentadas, preferencialmente por professores.

Com isso em mente, começamos o nosso curso de “Simulados Inéditos de Direito Constitucional”, cujo cronograma pode ser acompanhado neste [LINK](#)

Em cada uma de nossas aulas, teremos 15 questões inéditas comentadas no formato múltipla escolha. Meu objetivo é esgotar todos os assuntos através dessas questões.

Dito tudo isso, já podemos partir para a nossa aula 00! Trataremos dos seguintes assuntos:

Constituição: conceito, classificação, elementos. Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais. Poder Constituinte: conceito, finalidade, titularidade e espécies. Constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Positivismo e jusnaturalismo. Princípios Fundamentais.

Prontos para começar?

Um grande abraço,

Nádia e Ricardo

nadia@estrategiaconcursos.com.br

ricardovale@estrategiaconcursos.com.br

Questões Comentadas

1. Assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adotou a corrente jusnaturalista, segundo a qual o poder constituinte originário é ilimitado e apresenta natureza pré-jurídica.
- b) Para a corrente jusnaturalista, o Poder Constituinte Originário é limitado pelo direito natural, ou seja, por valores suprapositivos decorrentes da razão humana.
- c) O jusnaturalismo serve como fundamento para que se afirme que Poder Constituinte Originário (poder de elaborar uma nova Constituição) é juridicamente ilimitado, cabendo-lhe criar as normas de hierarquia máxima dentro do ordenamento jurídico.
- d) Na ótica positivista, o Poder Constituinte Originário seria limitado pelo direito natural, ou seja, por valores suprapositivos decorrentes da razão humana.
- e) O pós-positivismo, assim como o positivismo, entende que o Direito se encontra isolado da moral.

Comentários:

A letra A está incorreta. Isso é que propõe a corrente positivista, que foi adotada pelo Brasil. Para essa corrente, o poder constituinte originário é ilimitado e pré-jurídico (político).

A letra B está correta. É o que defendem os jusnaturalistas. A corrente jusnaturalista defende que o direito é uno (válido em todo e qualquer lugar), imutável (não se altera com o tempo) e independente da vontade humana (para os jusnaturalistas, a lei é fruto da razão, e não da vontade humana). Para os jusnaturalistas, há um direito anterior ao direito positivo (escrito), que é resultado da própria natureza (razão) humana: trata-se do chamado direito natural.

A letra C está incorreta. O fundamento para essa afirmação é o positivismo, segundo o qual o direito se resume àquele criado pelo Estado na forma de leis, independentemente de seu conteúdo, sendo a Constituição seu fundamento de validade.

A letra D está incorreta. Para os jusnaturalistas (e não para os positivistas!) o Poder Constituinte Originário seria limitado pelo direito natural. O Positivismo entende que o Direito tem como fundamento a Constituição, sendo o Poder Constituinte Originário juridicamente ilimitado.

A letra E está incorreta. O pós-positivismo é uma forma aperfeiçoada de positivismo, em que se entende que o Direito não se encontra isolado da

moral, devendo esta ser considerada tanto quando de sua criação como quando de sua aplicação.

O gabarito é a letra B.

2. Assinale a alternativa correta.

- a) A constituição ideal, segundo Canotilho, não deve ser escrita.
- b) A constituição, na concepção política preconizada por Carl Schmitt, é a decisão política fundamental de um povo.
- c) Para Kelsen, a Constituição retira o seu fundamento de validade dos fatores reais de poder, ou seja, sua validade se apoia na realidade social do Estado.
- d) Segundo a concepção jusnaturalista de constituição, defendida por Hans Kelsen, o direito natural serve de fundamento para todo o ordenamento jurídico positivo.
- e) Para Lassalle, a Constituição consiste numa decisão política fundamental. O autor diferencia, ainda, Constituição de leis constitucionais.

Comentários:

A letra A está incorreta. Segundo o Prof. Canotilho, uma das características da "Constituição ideal" é que ela **seja escrita**. Além disso, ela deve adotar um regime democrático formal, proteger os direitos individuais e adotar um regime de separação de poderes.

A letra B está correta. Para Schmitt, a Constituição é uma decisão política fundamental que visa estruturar e organizar os elementos essenciais do Estado. A validade da Constituição, segundo ele, se baseia na decisão política que lhe dá existência, e não na justiça de suas normas.

A letra C está incorreta. Essa é a visão de Ferdinand Lassalle (concepção sociológica de Constituição). Para Kelsen, a Constituição deve ser entendida como norma jurídica pura, sem qualquer consideração de cunho sociológico, político ou filosófico.

A letra D está incorreta. Kelsen compreende a constituição a partir de dois sentidos: o lógico-jurídico e o jurídico-positivo. No sentido lógico-jurídico, a Constituição é a norma hipotética fundamental que serve como fundamento lógico transcendental da validade da Constituição em sentido jurídico-positivo. Esta norma não possui um enunciado explícito, consistindo apenas numa ordem, dirigida a todos, de obediência à Constituição positiva. Já no sentido jurídico-positivo a Constituição é a norma positiva suprema, que serve para regular a criação de todas as outras.

A letra E está incorreta. Ela trata do sentido político de Constituição, previsto por Carl Schmitt. Para Lassalle, a Constituição real e efetiva de um Estado

consiste na soma dos fatores reais de poder que vigoram na sociedade; ela é, assim, um reflexo das relações de poder que existem no âmbito do Estado.

O gabarito é a letra B.

3. Marque a alternativa correta.

a) O preâmbulo da Constituição tem força normativa, apresentando a mesma natureza das demais normas da Constituição.

b) De acordo com o STF, o preâmbulo da Constituição é norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, uma vez que se trata de uma declaração de princípios.

c) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são hierarquicamente inferiores às normas constantes do corpo principal da Constituição, devido ao seu caráter temporário.

d) As cláusulas pétreas são superiores às demais normas constitucionais originárias. Servem, portanto, de parâmetro para o controle de constitucionalidade destas.

e) No ordenamento jurídico brasileiro, alguns tratados internacionais são normas materialmente constitucionais.

Comentários:

A letra A está incorreta. De acordo com o STF, o preâmbulo não é norma constitucional, servindo para definir as intenções do legislador constituinte, proclamando os princípios da nova constituição e rompendo com a ordem jurídica anterior. Sua função é servir de elemento de integração dos artigos que lhe seguem, bem como orientar a sua interpretação.

A letra B está incorreta. O STF entende que as disposições do preâmbulo da Constituição não são de reprodução obrigatória pelas Constituições dos Estados.

A letra C está incorreta. As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) têm o mesmo status das normas constantes da parte dogmática da Constituição. São formalmente constitucionais. Visam a integrar a ordem jurídica antiga à nova quando do advento de uma nova Constituição, garantindo a segurança jurídica e evitando o colapso entre um ordenamento jurídico e outro.

A letra D está incorreta. As cláusulas pétreas se encontram no mesmo patamar hierárquico das demais normas constitucionais originárias.

A letra E está correta. Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e

Senado Federal), em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, têm status equivalente ao das **emendas constitucionais**. São, portanto, normas materialmente constitucionais.

O gabarito é a letra E.

4. Marque a alternativa incorreta.

- a) Todos os tratados internacionais sobre direitos humanos apresentam status supralegal.
- b) As leis federais são hierarquicamente superiores às leis estaduais.
- c) As leis complementares, apesar de serem aprovadas por um procedimento mais dificultoso, têm o mesmo nível hierárquico das leis ordinárias.
- d) As leis complementares não podem tratar de tema reservado às leis ordinárias.
- e) Os regimentos dos tribunais do Poder Judiciário são considerados normas secundárias, encontrando-se logo abaixo das leis na Pirâmide de Kelsen.

Comentários:

A letra A está incorreta. Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, têm status equivalente ao das **emendas constitucionais**.

A letra B está incorreta. As leis federais, estaduais, distritais e municipais possuem o mesmo grau hierárquico.

A letra C está correta. Essas normas, de fato, situam-se no mesmo nível hierárquico. O que as diferencia é o conteúdo: ambas têm campos de atuação diversos, ou seja, a matéria (conteúdo) é diferente.

A letra D está incorreta. É possível, sim, que lei complementar trate de matéria reservada à lei ordinária. Esse entendimento deriva da ótica do "quem pode mais, pode menos". Ora, se a CF/88 exige lei ordinária (cuja aprovação é mais simples!) para tratar de determinado assunto, não há óbice a que uma lei complementar regule o tema. No entanto, caso isso ocorra, a lei complementar será considerada materialmente ordinária; essa lei complementar poderá, então, ser revogada ou modificada por simples lei ordinária.

A letra E está incorreta. Os regimentos dos tribunais do Poder Judiciário são considerados normas primárias, equiparados hierarquicamente às leis ordinárias.

O gabarito é a letra C.

5. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Os elementos de estabilização constitucional compreendem as normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação do poder estatal.

II - O titular do poder constituinte originário é a nação.

III - O poder constituinte originário é inicial, ilimitado, incondicionado e permanente.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. Esse é o conceito de elementos limitativos da Constituição. Os elementos de estabilização constitucional compreendem as normas destinadas a prover solução de conflitos constitucionais, bem como a defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas. Exemplos: art. 102, I, "a" (ação de inconstitucionalidade) e arts. 34 a 36 (intervenção). =

O item II está incorreto. É o povo, e não a nação, o titular do poder constituinte originário. Cabe ao povo determinar a criação ou a modificação da Constituição.

O item III está correto. O poder constituinte originário é o poder de criar uma nova Constituição. Apresenta seis características que o distinguem do derivado: é político, inicial, incondicionado, permanente, ilimitado juridicamente e autônomo.

O gabarito é a letra E.

6. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O poder constituinte originário, quanto às dimensões, pode ser classificado em material e formal.

II - O Poder Constituinte Derivado Decorrente compreende o poder de modificar a Constituição.

III – Embora o povo seja o titular do poder constituinte, a forma de exercício desse poder pode ser democrática ou autocrática, sendo que, no último caso, ela se dá pela ação de usurpadores do poder.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está correto. O Poder Constituinte Originário classifica-se, **quanto às dimensões**, em material e formal. Na verdade, esses podem ser considerados dois momentos distintos na manifestação do Poder Constituinte Originário. Primeiro, há o **momento material**, que antecede o momento formal; é o poder material que determina quais serão os valores a serem protegidos pela Constituição. O **poder formal**, por sua vez, sucede o poder material e fica caracterizado no momento em que se atribui juridicidade àquele que será o texto da Constituição.

O item II está incorreto. Esse é o conceito de Poder Constituinte Derivado Reformador. O Poder Constituinte Derivado Decorrente é aquele que a CF/88 confere aos Estados de se auto-organizarem, por meio da elaboração de suas próprias Constituições.

O item III está correto. A forma do exercício do poder constituinte pode ser democrática ou por convenção (quando se dá pelo povo) ou autocrática ou por outorga (quando se dá pela ação de usurpadores do poder).

O gabarito é a letra C.

7. No que diz respeito à classificação das Constituições, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Uma Constituição rígida é mais estável no tempo que uma Constituição flexível.

II - A Constituição de 1988 classifica-se, quanto ao modo de elaboração, como dogmática. Isso porque foi escrita por um órgão constituinte, com base em valores predominantes em determinado momento histórico.

III - A Constituição rígida é aquela que só pode ser modificada por leis complementares ou emendas constitucionais.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. A maior ou menor rigidez da Constituição não lhe assegura estabilidade. Sabe-se hoje que esta se relaciona mais com o amadurecimento da sociedade e das instituições estatais do que com o processo legislativo de modificação do texto constitucional.

O item II está correto. No que se refere ao modo de elaboração, as Constituições podem ser dogmáticas ou históricas. As primeiras (dogmáticas) são escritas, tendo sido elaboradas por um órgão constituído para esta finalidade em um determinado momento, segundo os dogmas e valores então em voga. Já as segundas (históricas) são do tipo não escritas. São criadas lentamente com as tradições, sendo uma síntese dos valores históricos consolidados pela sociedade.

O item III está incorreto. A Constituição rígida é aquela modificada por procedimento mais dificultoso do que aqueles pelos quais se modificam as demais leis. Não pode, portanto, ser modificada por lei complementar. Questão incorreta.

O gabarito é a letra D.

8. No que diz respeito à classificação das Constituições, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - A Constituição de 1988 pode ser classificada como semirrígida, uma vez que admite o fenômeno da mutação.

II - A CF/88 é rígida, pois exige procedimento especial para sua modificação por meio de emendas constitucionais: votação em dois turnos, nas duas Casas do Congresso Nacional e aprovação de pelo menos três quintos dos integrantes das Casas Legislativas.

III - As constituições flexíveis são aquelas que admitem a alteração de seu conteúdo apenas por meio de um processo legislativo mais dificultoso que o ordinário.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.

- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. A constituição semirrígida é aquela em que, para algumas normas, o processo legislativo de alteração é mais dificultoso que o ordinário, para outras não. Esse não é o caso da CF/88.

O item II está correto. A Constituição de 1988 é rígida, pois, de fato, exige procedimento especial para sua modificação. A CF/88 determina que a proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

O item III está incorreto. Esse é o conceito de constituições rígidas, não de constituições flexíveis. As constituições flexíveis são aquelas que podem ser modificadas pelo procedimento legislativo ordinário, ou seja, pelo mesmo processo legislativo usado para modificar as leis comuns.

O gabarito é a letra D.

- **9. Sobre o tema “Interpretação da Constituição”, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.**

I - No que se refere à Interpretação Constitucional, a corrente não-interpretativista considera que o juiz não pode, em sua atividade hermenêutica, transcender o que diz a Constituição.

II - O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição determina que quando uma norma jurídica comportar mais de um significado possível, o intérprete deverá optar por aquele que melhor realizar o espírito da Constituição, rejeitando os sentidos contrários aos preceitos constitucionais.

III - O método tópico problemático é aquele em que o intérprete se vale de sua pré-compreensão valorativa para obter o sentido da norma em um determinado problema.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. Esse é o entendimento da corrente interpretativista. Para essa corrente, o juiz deverá limitar-se a analisar os preceitos expressos e os preceitos claramente implícitos no texto constitucional.

O item II está correto. Esse é o sentido do Princípio da Interpretação Conforme a Constituição, técnica interpretativa cujo objetivo é preservar a validade das normas, evitando que sejam declaradas inconstitucionais. Ao invés de se declarar a norma inconstitucional, o Tribunal busca dar-lhe uma interpretação que a conduza à constitucionalidade.

O item III está incorreto. Esse é o conceito do método hermenêutico concretizador, preconizado por Konrad Hesse. No método tópico-problemático, o intérprete parte de um problema concreto para a norma, conferindo à interpretação um caráter prático.

O gabarito é a letra D.

10. Marque a alternativa correta.

a) A constituição aberta é aquela em que prevalecem as regras, que se caracterizam por baixo grau de abstração, sendo concretizadoras de princípios.

b) O princípio do efeito integrador determina que, diante de uma lacuna na Constituição, o juiz deve recorrer a outras normas do ordenamento jurídico para integrar o vácuo normativo.

c) O princípio da máxima efetividade das normas constitucionais determina que a Constituição deve ser interpretada de forma a se evitem contradições ou antinomias entre suas normas.

d) O método hermenêutico-concretizador diferencia-se do método tópico-problemático porque enquanto este pressupõe a primazia do problema sobre a norma, aquele se baseia na prevalência do texto constitucional sobre o problema.

e) No método normativo-estruturante, a interpretação da Constituição deve considerar a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional.

Comentários:

A letra A está incorreta. A Constituição principiológica ou aberta é aquela em que há predominância dos princípios, normas caracterizadas por elevado grau de abstração. Já a Constituição preceitual é aquela em que prevalecem as regras, que se caracterizam por baixo grau de abstração, sendo concretizadoras de princípios.

A letra B está incorreta. O princípio do efeito integrador estabelece que, diante de uma controvérsia jurídico-constitucional, o intérprete opte pela solução que favoreça a integração política e social e o reforço da unidade política.

A letra C está incorreta. O enunciado traduz o **princípio da unidade da Constituição**, que não se confunde com o princípio da máxima efetividade. Este último, diferentemente do que diz a questão, estabelece que o intérprete deve atribuir à norma constitucional o sentido que lhe dê maior efetividade social.

A letra D está correta. No método hermenêutico-concretizador, a leitura da Constituição inicia-se pela pré-compreensão do seu sentido pelo intérprete, a quem cabe aplicar a norma para a resolução de uma situação concreta. Já no método tópico-problemático, há prevalência do problema sobre a norma, ou seja, busca-se solucionar determinado problema por meio da interpretação de norma constitucional.

A letra E está incorreta. Esse é o conceito do método científico-espiritual, preconizado por Rudolf Smend.

O gabarito é a letra D.

11. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O sistema de governo é o modo como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados.

II - O dever que os governantes têm de prestar contas de seus atos decorre do princípio federativo.

III – A forma de Estado adotada pelo Brasil é a federação.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. Esse é o conceito de forma de governo, segundo a qual um Estado poderá ser uma monarquia ou uma república.

O item II está incorreto. O dever de prestar contas decorre do princípio republicano.

O item III está correto. A forma de estado diz respeito à maneira pela qual o poder está territorialmente repartido. Nesse sentido, um Estado poderá ser unitário (quando o poder está territorialmente centralizado) ou federal (quando o poder está territorialmente descentralizado). O Brasil é um Estado federal, ou seja, adota a federação como forma de Estado.

O gabarito é a letra E.

12. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Todo o poder emana do povo, que o exerce somente por meio de representantes eleitos.

II - A Carta Magna admite a secessão dos entes da federação.

III - O princípio da dignidade da pessoa humana tem caráter absoluto, elevando-se acima de todos os demais princípios fundamentais.

a) Os itens I, II e III estão incorretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. Segundo o art. 1º, parágrafo único, "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Assim, não se pode dizer que o povo exerce o poder somente por meio de seus representantes. Como o Brasil é uma democracia semidireta, também há formas de exercício do poder também diretamente pelo povo.

O item II está incorreto. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. A indissolubilidade da federação representa uma vedação ao direito de secessão.

O item III está incorreto. O princípio da dignidade da pessoa humana, como todos os demais princípios constitucionais, não possui caráter absoluto.

O gabarito é a letra A.

13. Julgue os itens a seguir, sobre o assunto "Princípios Fundamentais".

I - A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

II - São princípios adotados pela República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III - A Constituição Federal prevê, de forma específica, a integração econômica, política, social e cultural do Brasil com os povos da América do Sul.

- a) Os itens I, II e III estão incorretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está correto. São fundamentos da República Federativa do Brasil: i) soberania; ii) cidadania; iii) dignidade da pessoa humana; iv) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e; v) pluralismo político (art. 1º, CF).

O item II está correto. O art. 4º da Carta Magna prevê que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X - concessão de asilo político.

O item III está incorreto. O parágrafo único do art. 4º da Constituição prevê que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

O gabarito é a letra B.

14. Assinale a alternativa que corresponde à forma de governo adotada na Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) Federação.
- b) Parlamentarismo.
- c) República.
- d) Democracia.
- e) Confederação.

Comentários:

A forma de Governo é o modo como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados. Quanto à forma de governo, um Estado poderá ser uma monarquia ou uma república. No Brasil, a forma de governo adotada (art. 1º, caput), foi a república. O gabarito foi a letra C.

15. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O STF entende que lei que trata da realização de pesquisas com células-tronco embrionárias viola o direito à vida.

II - Quando a Constituição Federal dispõe que está “todo o poder emana do povo”, isso significa que o poder é exercido diretamente.

III - A Carta Magna prevê que a República Federativa do Brasil buscará garantir o desenvolvimento da América Latina.

- a) Os itens I, II e III estão incorretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. O STF considera que não ofende o direito à vida e a dignidade da pessoa humana a **pesquisa com células-tronco embrionárias** obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização “*in vitro*” e não utilizados neste procedimento.

O item II está incorreto. A forma democrática de exercício do poder pode se dar tanto diretamente quanto indiretamente (art. 1º, parágrafo único, CF).

O item III está incorreto. São objetivos fundamentais da RFB (art. 3º, CF):

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - **garantir o desenvolvimento nacional;**

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O gabarito é a letra A.

Lista de Questões

1. Assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adotou a corrente jusnaturalista, segundo a qual o poder constituinte originário é ilimitado e apresenta natureza pré-jurídica.
- b) Para a corrente jusnaturalista, o Poder Constituinte Originário é limitado pelo direito natural, ou seja, por valores suprapositivos decorrentes da razão humana.
- c) O jusnaturalismo serve como fundamento para que se afirme que Poder Constituinte Originário (poder de elaborar uma nova Constituição) é juridicamente ilimitado, cabendo-lhe criar as normas de hierarquia máxima dentro do ordenamento jurídico.
- d) Na ótica positivista, o Poder Constituinte Originário seria limitado pelo direito natural, ou seja, por valores suprapositivos decorrentes da razão humana.
- e) O pós-positivismo, assim como o positivismo, entende que o Direito se encontra isolado da moral.

2. Assinale a alternativa correta.

- a) A constituição ideal, segundo Canotilho, não deve ser escrita.
- b) A constituição, na concepção política preconizada por Carl Schmitt, é a decisão política fundamental de um povo.
- c) Para Kelsen, a Constituição retira o seu fundamento de validade dos fatores reais de poder, ou seja, sua validade se apoia na realidade social do Estado.
- d) Segundo a concepção jusnaturalista de constituição, defendida por Hans Kelsen, o direito natural serve de fundamento para todo o ordenamento jurídico positivo.
- e) Para Lassalle, a Constituição consiste numa decisão política fundamental. O autor diferencia, ainda, Constituição de leis constitucionais.

3. Marque a alternativa correta.

- a) O preâmbulo da Constituição tem força normativa, apresentando a mesma natureza das demais normas da Constituição.
- b) De acordo com o STF, o preâmbulo da Constituição é norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, uma vez que se trata de uma declaração de princípios.

c) As normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias são hierarquicamente inferiores às normas constantes do corpo principal da Constituição, devido ao seu caráter temporário.

d) As cláusulas pétreas são superiores às demais normas constitucionais originárias. Servem, portanto, de parâmetro para o controle de constitucionalidade destas.

e) No ordenamento jurídico brasileiro, alguns tratados internacionais são normas materialmente constitucionais.

4. Marque a alternativa incorreta.

a) Todos os tratados internacionais sobre direitos humanos apresentam status supralegal.

b) As leis federais são hierarquicamente superiores às leis estaduais.

c) As leis complementares, apesar de serem aprovadas por um procedimento mais dificultoso, têm o mesmo nível hierárquico das leis ordinárias.

d) As leis complementares não podem tratar de tema reservado às leis ordinárias.

e) Os regimentos dos tribunais do Poder Judiciário são considerados normas secundárias, encontrando-se logo abaixo das leis na Pirâmide de Kelsen.

5. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Os elementos de estabilização constitucional compreendem as normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação do poder estatal.

II - O titular do poder constituinte originário é a nação.

III - O poder constituinte originário é inicial, ilimitado, incondicionado, permanente e inicial.

a) Os itens I, II e III estão corretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

6. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O poder constituinte originário, quanto às dimensões, pode ser classificado em material e formal.

II - O Poder Constituinte Derivado Decorrente compreende o poder de modificar a Constituição.

III - Embora o povo seja o titular do poder constituinte, a forma de exercício desse poder pode ser democrática ou autocrática, sendo que, no último caso, ela se dá pela ação de usurpadores do poder.

a) Os itens I, II e III estão corretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

7. No que diz respeito à classificação das Constituições, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Uma Constituição rígida é mais estável no tempo que uma Constituição flexível.

II - A Constituição de 1988 classifica-se, quanto ao modo de elaboração, como dogmática. Isso porque foi escrita por um órgão constituinte, com base em valores predominantes em determinado momento histórico.

III - A Constituição rígida é aquela que só pode ser modificada por leis complementares ou emendas constitucionais.

a) Os itens I, II e III estão corretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

8. No que diz respeito à classificação das Constituições, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - A Constituição de 1988 pode ser classificada como semirrígida, uma vez que admite o fenômeno da mutação.

II - A CF/88 é rígida, pois exige procedimento especial para sua modificação por meio de emendas constitucionais: votação em dois turnos, nas duas Casas do Congresso Nacional e aprovação de pelo menos três quintos dos integrantes das Casas Legislativas.

III - As constituições flexíveis são aquelas que admitem a alteração de seu conteúdo apenas por meio de um processo legislativo mais dificultoso que o ordinário.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

9. Sobre o tema “Interpretação da Constituição”, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - No que se refere à Interpretação Constitucional, a corrente não-interpretativista considera que o juiz não pode, em sua atividade hermenêutica, transcender o que diz a Constituição.

II - O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição determina que quando uma norma jurídica comportar mais de um significado possível, o intérprete deverá optar por aquele que melhor realizar o espírito da Constituição, rejeitando os sentidos contrários aos preceitos constitucionais.

III - O método tópico problemático é aquele em que o intérprete se vale de sua pré-compreensão valorativa para obter o sentido da norma em um determinado problema.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

10. Marque a alternativa correta.

- a) A constituição aberta é aquela em que prevalecem as regras, que se caracterizam por baixo grau de abstração, sendo concretizadoras de princípios.

- b) O princípio do efeito integrador determina que, diante de uma lacuna na Constituição, o juiz deve recorrer a outras normas do ordenamento jurídico para integrar o vácuo normativo.
- c) O princípio da máxima efetividade das normas constitucionais determina que a Constituição deve ser interpretada de forma a se evitem contradições ou antinomias entre suas normas.
- d) O método hermenêutico-concretizador diferencia-se do método tópico-problemático porque enquanto este pressupõe a primazia do problema sobre a norma, aquele se baseia na prevalência do texto constitucional sobre o problema.
- e) No método normativo-estruturante, a interpretação da Constituição deve considerar a ordem ou o sistema de valores subjacentes ao texto constitucional.

11. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - O sistema de governo é o modo como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados.

II - O dever que os governantes têm de prestar contas de seus atos decorre do princípio federativo.

III – A forma de Estado adotada pelo Brasil é a federação.

- a) Os itens I, II e III estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Comentários:

O item I está incorreto. Esse é o conceito de forma de governo, segundo a qual um Estado poderá ser uma monarquia ou uma república.

O item II está incorreto. O dever de prestar contas decorre do princípio republicano.

O item III está correto. A forma de estado diz respeito à maneira pela qual o poder está territorialmente repartido. Nesse sentido, um Estado poderá ser unitário (quando o poder está territorialmente centralizado) ou federal (quando o poder está territorialmente descentralizado). O Brasil é um Estado federal, ou seja, adota a federação como forma de Estado.

O gabarito é a letra E.

12. Julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I - Todo o poder emana do povo, que o exerce somente por meio de representantes eleitos.

II - A Carta Magna admite a secessão dos entes da federação.

III - O princípio da dignidade da pessoa humana tem caráter absoluto, elevando-se acima de todos os demais princípios fundamentais.

a) Os itens I, II e III estão incorretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

13. Julgue os itens a seguir, sobre o assunto “Princípios Fundamentais”.

I - A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

II - São princípios adotados pela República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III - A Constituição Federal prevê, de forma específica, a integração econômica, política, social e cultural do Brasil com os povos da América do Sul.

a) Os itens I, II e III estão incorretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Os itens I e III estão corretos.

d) Somente o item II está correto.

e) Somente o item III está correto.

14. Assinale a alternativa que corresponde à forma de governo adotada na Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) Federação.
- b) Parlamentarismo.
- c) República.
- d) Democracia.
- e) Confederação.

15. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I - O STF entende que lei que trata da realização de pesquisas com células-tronco embrionárias viola o direito à vida.

II – Quando a Constituição Federal dispõe que está “todo o poder emana do povo”, isso significa que o poder é exercido diretamente.

III – A Carta Magna prevê que a República Federativa do Brasil buscará garantir o desenvolvimento da América Latina.

- a) Os itens I, II e III estão incorretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I e III estão corretos.
- d) Somente o item II está correto.
- e) Somente o item III está correto.

Gabarito

1.	B
2.	B
3.	E
4.	C
5.	E
6.	C
7.	D
8.	D
9.	D
10.	D
11.	E
12.	A
13.	B
14.	C
15.	A

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.